

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	20
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	22
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	23
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	116.574.000
Preferenciais	0
Total	116.574.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	28.917	134.342
1.01	Ativo Circulante	28.917	134.342
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.629	131.110
1.01.01.01	Depósitos Bancários	24.687	9
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.942	131.101
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.288	3.232
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.288	3.232

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	28.917	134.342
2.01	Passivo Circulante	4.357	170
2.01.02	Fornecedores	3.000	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.000	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	137	170
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	137	170
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Retidos a Recolher	137	170
2.01.05	Outras Obrigações	1.220	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.220	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.220	0
2.03	Patrimônio Líquido	24.560	134.172
2.03.01	Capital Social Realizado	2.130.000	2.130.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.105.440	-1.995.828

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.582	-110.032	-12.034	-98.844
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.582	-110.032	-12.034	-98.844
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-20.891	-99.563	-7.236	-88.637
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-5.691	-10.469	-4.798	-10.207
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-26.582	-110.032	-12.034	-98.844
3.06	Resultado Financeiro	47	420	763	1.605
3.06.01	Receitas Financeiras	53	437	831	1.675
3.06.02	Despesas Financeiras	-6	-17	-68	-70
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-26.535	-109.612	-11.271	-97.239
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-26.535	-109.612	-11.271	-97.239
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-26.535	-109.612	-11.271	-97.239
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00023	0,00094	0,0001	0,00088

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-26.535	-109.612	-11.271	-97.239
4.03	Resultado Abrangente do Período	-26.535	-109.612	-11.271	-97.239

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-105.701	-96.475
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-109.612	-97.688
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-109.612	-97.239
6.01.01.02	Atualização Monetária	0	-449
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.911	1.213
6.01.02.01	(Aumento) Redução Tributos correntes a Recuperar	944	1.016
6.01.02.02	Aumento(redução) Impostos, Taxas e Contribuições	-33	197
6.01.02.03	Obrigações a Pagar	3.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.220	179.000
6.03.01	Pagamento de Débitos com outras Partes Relacionadas	1.220	0
6.03.02	Aumento de Capital	0	179.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-104.481	82.525
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	131.110	77.678
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.629	160.203

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.130.000	0	0	-1.995.828	0	134.172
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.130.000	0	0	-1.995.828	0	134.172
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-109.612	0	-109.612
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-109.612	0	-109.612
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.130.000	0	0	-2.105.440	0	24.560

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.951.000	0	0	-1.869.681	0	81.319
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.951.000	0	0	-1.869.681	0	81.319
5.04	Transações de Capital com os Sócios	179.000	0	0	0	0	179.000
5.04.01	Aumentos de Capital	179.000	0	0	0	0	179.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-97.239	0	-97.239
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-97.239	0	-97.239
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.130.000	0	0	-1.966.920	0	163.080

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-99.563	-88.637
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-99.563	-88.637
7.03	Valor Adicionado Bruto	-99.563	-88.637
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-99.563	-88.637
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	437	1.675
7.06.02	Receitas Financeiras	437	1.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-99.126	-86.962
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-99.126	-86.962
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.469	10.207
7.08.02.01	Federais	10.469	10.207
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17	70
7.08.03.03	Outras	17	70
7.08.03.03.01	Despesas Financeira	17	70
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-109.612	-97.239
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-109.612	-97.239

YBYRÁ S.A.
Companhia Aberta
C.N.P.J. 02.217.319/0001-07
NIRE 3330016627-1

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 13 de agosto de 2021, cumpre-nos informar que a Companhia neste período não adquiriu investimentos ou participações em coligadas ou controladas, assim como não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa.

A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste trimestre, poderão ser examinados através das próprias Informações Contábeis Intermediárias e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais.

YBYRÁ S.A.
Companhia Aberta
C.N.P.J. 02.217.319/0001-07
NIRE 3330016627-1

YBYRÁ S.A. (anteriormente denominada Alef S.A.)

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A YBYRÁ S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

Impactos da COVID-19 nas informações contábeis intermediárias

Em observância ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Embora ainda não seja possível estimar a duração ou gravidade dos impactos da pandemia de COVID- 19, a administração até o momento não identificou alterações no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas.

2. Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias

2.1 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. As Informações Contábeis Intermediárias estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A

Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Administração em 13 de agosto de 2021.

2. Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias-- Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias--Continuação

b) Base de mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Informações Contábeis Intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Informações Contábeis Intermediárias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente

Não houve alterações significativas, para essas Informações Contábeis Intermediárias, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Informações Contábeis Intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias, a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

(iv) Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

- Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração;
- Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente;
- Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

c) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

d) Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Informações Contábeis Intermediárias. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240.000 ano ou R\$ 20.000 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, conseqüentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social.

f) Impostos e contribuições a recolher

A contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é calculada à alíquota de 1,65%, aplicada sobre o total das receitas brutas, ajustadas pelas deduções e exclusões autorizadas pela legislação em vigor. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo.

g) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

h) Demonstração de valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Informações Contábeis Intermediárias.

i) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	06/2021	12/2020
Depósitos bancários	24.687	9
Aplicações financeiras (a)	1.942	131.101
	26.629	131.110

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 30 de junho de 2021, a remuneração média foi de 105,37% do CDI (Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração média foi de 84,84% do CDI). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	Administrador	06/2021		12/2020	
			Qtde. de Cotas	Valor	Qtde. de Cotas	Valor
Opportunity TOP DI FICFI	1	BNY Mellon	-	-	26.166,64	121.354
Itaú Top DI FICFI Ref.	1	Banco Itaú	391,82185	1.942	1.995,01	9.747
				1.942		131.101

5. Tributos a recuperar

Descrição	06/2021	12/2020
IRPJ 2017	-	1.171
IRPJ 2018	671	668
IRPJ 2019	1.020	980
IRPJ 2020	413	413
IRPJ 2021	184	-
	2.288	3.232

6. Contas a pagar

O saldo de Contas a pagar está representado pelo valor de R\$ 3.000, referente a contratação de serviço contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

7. Partes relacionadas

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração durante o período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2021.

A Companhia possui obrigação com o administrador no montante de R\$ 1.220 pelo pagamento de despesas, que serão reembolsadas em período subsequente.

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 116.574.000 (116.574.000 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 1.000.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2020, aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$179.000, mediante a emissão privada de 17.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 0,01 por ação.

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

c) Prejuízo básico e diluído por ação

Conforme requerido pela CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	<u>Prejuízo do período (em R\$)</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Resultado por ação em R\$</u>
30/06/2020	(97.239)	110.309.000	(0,00088)
30/06/2021	(109.612)	116.574.000	(0,00094)

9. Despesas administrativas e gerais

	<u>06/2021</u>	<u>06/2020</u>
Serviços prestados por terceiros	(53.905)	(83.344)
Associações diversas	(43.218)	-
Despesas judiciais e legais	(2.440)	-
Outras despesas	-	(5.293)
	<u>(99.563)</u>	<u>(88.637)</u>

10. Resultado financeiro líquido

<u>Despesas financeiras</u>	<u>06/2021</u>	<u>06/2020</u>
Despesas bancárias	(16)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(70)
	<u>(17)</u>	<u>(70)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	391	1.226
Variações Monetárias	46	449
	<u>437</u>	<u>1.675</u>
Resultado financeiro líquido	<u>420</u>	<u>1.605</u>

11. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de juros e taxa de câmbio

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

11. Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumento financeiro.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 30 de junho de 2021:

Operação		Fator de risco	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário I – deterioração de 50%
Ativos					
Indexador		CDI	5,00%	3,75%	2,50%
Aplicações	financeiras	-	97	73	49
(a)					

(a) R\$ 1.942 em 30 de junho de 2021 (Nota nº 4)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
YBYRÁ S.A. (anteriormente denominada Alef S.A.)
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da YBYRÁ S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As informações trimestrais mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia não vem exercendo na plenitude suas atividades operacionais e vêm apurando prejuízos de forma recorrente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que poderá levantar dúvidas quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade das atividades operacionais da Companhia depende do sucesso de novos projetos, bem como do suporte financeiro por parte dos seus acionistas. Nossa conclusão não está modificada com relação a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

O exame do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 e a revisão das demonstrações contábeis intermediárias, relativas ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão sem modificação, com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, com datas de 03 de agosto de 2020 e 19 de fevereiro de 2021, respectivamente.

São Paulo, 13 de agosto de 2021.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Nelson Varandas dos Santos Renato Ruiz Filiciano da Silva
Contador CRC 1SP-197.110/O-3 Contador CRC 1SP-268.528/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da YBYRÁ S.A. (nova denominação da ALEF S.A.) ("Companhia"), sociedade por ações, com sede na Av. Jose Silva de Azevedo Neto, 200, 1 andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.217.319/0001-07, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da YBYRÁ S.A. (nova denominação da ALEF S.A.) ("Companhia"), sociedade por ações, com sede na Av. Jose Silva de Azevedo Neto, 200, 1 andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.217.319/0001-07, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia (Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes) referentes às Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2021.